



LEGAL NEWS

Edição nº 04/2024



Notícias do Mês

NORMA QUE AUTORIZA MP E POLÍCIA A REQUISITAR DE TELEFÔNICAS DADOS CADASTRAIS DE INVESTIGADOS É VÁLIDA, DECIDE STF

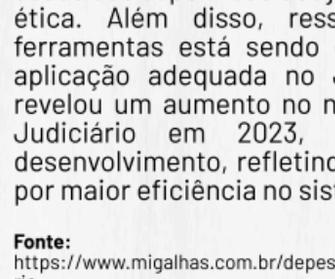
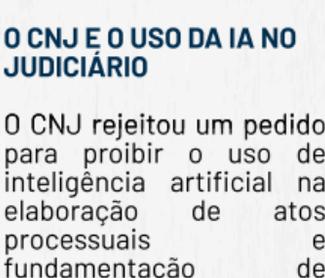
O STF decidiu que autoridades policiais e o Ministério Público podem requisitar dados cadastrais de investigados (qualificação pessoal, filiação e endereço) de empresas de telefonia sem necessidade de ordem judicial. No entanto, restringiu-se o acesso apenas a esses dados, excluindo informações protegidas por sigilo. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4906, movida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) contra o artigo 17-B da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998), inserido pela Lei 12.683/2012.

Fonte: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/norma-que-autoriza-mp-e-policia-a-requisitar-de-telefonicas-dados-cadastrais-de-investigados-e-valida-decid-e-stf/>

COM 2 BILHÕES DE DOCUMENTOS, AGU VAI USAR IA GERATIVA NO DIA A DIA

No evento "Transformação Digital na Advocacia Pública Nacional", a AGU lançará suas primeiras ferramentas baseadas em IA generativa, após um ano de testes. As ferramentas, como o chat da AGU, visam auxiliar os servidores na elaboração de documentos e otimizar o tempo de resposta no Judiciário. A AGU gerencia bilhões de documentos e seu sistema Sapiens, utilizado por mais de 100 mil usuários, movimentava mensalmente mais de um milhão de intimações. A IA terá acesso restrito a petições e sentenças, e o secretário Alexandre Colares destacou que o uso de IA será essencial no Judiciário para evitar que a instituição fique para trás.

Fonte: <https://convergenciadigital.com.br/inovacao/com-2-bilhoes-de-documentos-agu-vai-usar-ia-generativa-no-dia-a-dia/>



O CNJ E O USO DA IA NO JUDICIÁRIO

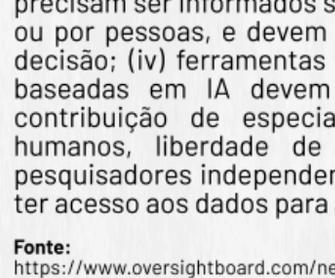
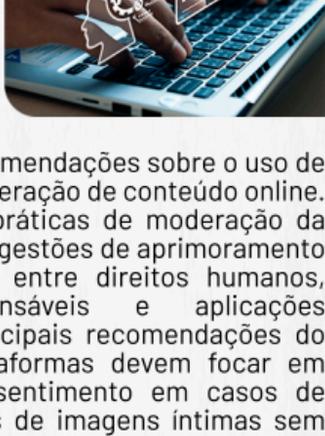
O CNJ rejeitou um pedido para proibir o uso de inteligência artificial na elaboração de atos processuais e fundamentação de com base na regulamentação existente, como a Resolução 332/20. O Conselho destacou que a IA é usada sob supervisão dos juizes, de forma responsável e ética. Além disso, ressaltou que o uso dessas ferramentas está sendo estudado para garantir sua aplicação adequada no Judiciário. O CNJ também revelou um aumento no número de projetos de IA no Judiciário em 2023, com 140 iniciativas em desenvolvimento, refletindo a modernização e a busca por maior eficiência no sistema judicial.

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/415156/o-cnj-e-o-uso-da-ia-no-judicial-rio>

RECOMENDAÇÕES SOBRE O USO DE IA EM MODERAÇÃO DE CONTEÚDO ONLINE.

Na segunda quinzena de setembro deste ano, o Oversight Board, o Comitê de Governança do Grupo Meta, publicou um relatório com novas recomendações sobre o uso de inteligência artificial na moderação de conteúdo online. O documento examina as práticas de moderação da Meta que utilizam IA e faz sugestões de aprimoramento para um melhor equilíbrio entre direitos humanos, regulamentações indispensáveis e aplicações tecnológicas. Entre as principais recomendações do relatório estão: (i) as plataformas devem focar em identificar a falta de consentimento em casos de disseminação de deepfakes de imagens íntimas sem permissão; (ii) os sistemas automatizados devem auxiliar na explicação para os usuários sobre o motivo da remoção de seus conteúdos; (iii) os usuários precisam ser informados se a decisão foi tomada por IA ou por pessoas, e devem ter a chance de contestar a decisão; (iv) ferramentas de moderação de conteúdo baseadas em IA devem ser desenvolvidas com a contribuição de especialistas globais em direitos humanos, liberdade de expressão e ética; e (v) pesquisadores independentes de todo o mundo devem ter acesso aos dados para avaliar essas ferramentas.

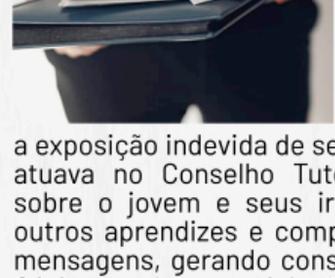
Fonte: <https://www.oversightboard.com/news/content-moderation-in-a-new-era-for-ai-and-automation/>



DISTRITO FEDERAL INDENIZARÁ MENOR APRENDIZ POR VAZAMENTO DE DADOS

O Distrito Federal foi condenado a indenizar um menor aprendiz em R\$ 30 mil por danos morais após a exposição indevida de seus dados pessoais enquanto atuava no Conselho Tutelar. Informações sensíveis sobre o jovem e seus irmãos foram acessadas por outros aprendizes e compartilhadas em um grupo de mensagens, gerando constrangimento e humilhações. O juiz reconheceu a violação à privacidade e à dignidade do menor, fundamentada no ECA e na LGPD, resultando na condenação do DF a pagar a indenização e cobrir os custos do processo.

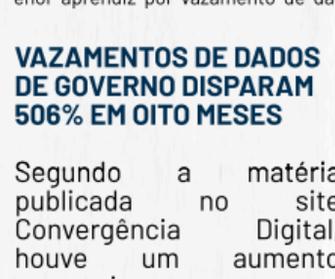
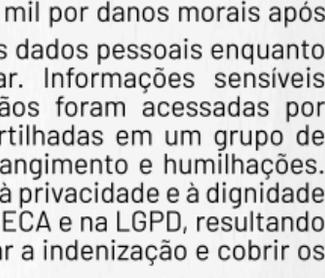
Fonte: <https://www.migalhas.com.br/quentes/415773/distrito-federal-indenizar-menor-aprendiz-por-vazamento-de-dados>



VAZAMENTOS DE DADOS DE GOVERNO DISPARAM 506% EM OITO MESES

Segundo a matéria publicada no site Convergência Digital, houve um aumento expressivo nos vazamentos de dados sob responsabilidade do poder público em 2024. Conforme monitoramento do CTIR Gov (Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos do Governo) entre janeiro e agosto de 2024, foram registrados 4.588 incidentes, um aumento de 506% em relação ao mesmo período do ano anterior e mais que o triplo dos quatro anos anteriores combinados. Os dados revelam que os ataques cibernéticos exploram credenciais de acesso, muitas vezes obtidas por phishing, engenharia social e outras técnicas como keyloggers. Um pico foi observado em abril, com 1.049 incidentes em um mês, incluindo a invasão do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal. Após alertas emitidos pelo CTIR e o Centro Integrado de Segurança Cibernética (CISC), houve uma breve redução nos meses de maio e junho, mas os incidentes voltaram a subir a partir de julho. Keylogger é um spyware que pode registrar e roubar pressionamentos de teclas consecutivos, bem como outras informações que o usuário digita em um dispositivo. Os sinais de alerta para detectar um programa keylogger no computador costumam ser a lentidão no navegador, atraso no movimento do mouse ou na digitação das letras, ou desaparecimento do cursor. Um keylogger pode rastrear mesmo se você estiver usando um dos melhores navegadores para privacidade. Ele explora vulnerabilidades como o uso de software de fonte não confiável; links e anexos fraudulentos, como também vulnerabilidades no sistema operacional e softwares desatualizados. Tal informação reforça a necessidade do poder público aplicar melhorias no que se refere à segurança cibernética. Entre elas, o treinamento dos usuários e a conscientização sobre medidas básicas. A maioria dos ataques keyloggers dependem de uma ação de um usuário e, portanto, quanto mais consciente e atento, menor a chance de vazamentos acontecerem.

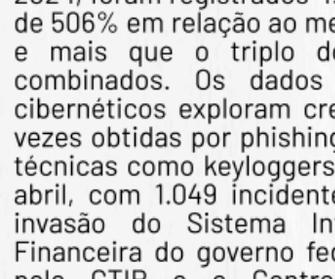
Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/mercado/287600-anpd-investiga-x-antigo-twitter-coletar-dados-brasileiros-treinar-ia.htm>



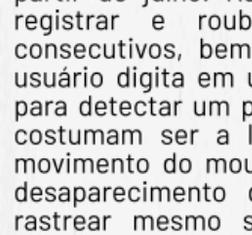
HOSPITAL INDENIZARÁ EM R\$ 70 MIL POR VAZAMENTO DE FOTOS DE CORPO NO IML

O TJ/SP manteve a condenação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília (HCFAMEMA) e do Estado de São Paulo a pagar R\$ 70 mil de indenização por danos morais aos familiares de uma vítima de homicídio, após o vazamento de fotos do corpo durante a necropsia no IML de Marília. O Tribunal entendeu que o hospital tinha o dever de zelar pela dignidade dos corpos.

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/quentes/415661/hospital-indenizar-em-r-70-mil-por-vazamento-de-foto-de-corpo-no-impl>



Dicas



O ebook intitulado "Soluções práticas de Design Jurídico" da advogada Maria Theresa Silva Costa é uma excelente ferramenta para aprimorar a qualidade de petições e documentos jurídicos. Com soluções rápidas e práticas, ele ensina a aplicar técnicas de design jurídico, tornando os textos mais compreensíveis, persuasivos e visualmente atrativos. É ideal para quem deseja melhorar a comunicação jurídica de forma eficiente, promovendo clareza e impactando diretamente o entendimento do leitor.

Fonte: <https://pay.hotmart.com/D94645139X>

Acontecimentos do mês

No dia 25 de setembro, foi gravado mais um episódio do PodJus, o podcast da OAB Uberlândia, com o tema: "Golpes e crimes cibernéticos na prática: entendendo as técnicas e como se proteger". Dr. Vinícius Félix, Delegado da CAA Uberlândia, e a Dra. Juliana Borges, Diretora de Inovação, Tecnologia e Compliance da OAB Uberlândia receberam os convidados: Guilherme Gregório que é especialista em Segurança Cibernética com mais de 15 anos de experiência, focado em pesquisa de segurança e desenvolvimento de novas técnicas e Dra. Ana Vitória Guzmán, advogada em privacidade e proteção de dados.

Para quem não assistiu, é possível acessar o episódio no canal do YouTube da OAB Uberlândia:

<https://www.youtube.com/watch?v=FZ81UJ8psCI>

Calendário

No dia 02 de outubro, às 9 horas, acontecerá a live "Implantação de IA em escritórios de advocacia: visão prática" com a convidada especialista no tema, Chiara Tonin. Este evento, promovido pela Comissão de Inovação e Tecnologia e pela Comissão de Direito e Inteligência Artificial, conta com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas. A mediação será feita por Dr. Tales Calaza e Dra. Viviane Ramone Tavares.

Inscrições: https://www.sympla.com.br/live-em-collab--implantacao-de-ia-em-escritorios-de-advocacia-visao-pratica__2647925

Local: <https://www.youtube.com/watch?v=ge5SDaAtb3U> (Canal do Youtube da OAB Uberlândia)

Diretoria de Inovação OAB Uberlândia Conselho Editorial:
Ana Vitória D'A. Guzmán | Juliana Borges |
Maria Carolina P. C. Cremasco de Paiva | Sarah Gobo

Data de fechamento da edição: 25/09/2024